§2º O plantonista lançará em relatório as situações incompatíveis com esta resolução, o qual deverá ser igualmente encaminhado à Corregedoria Geral da Defensoria Pública para ciência e apuração do que houver.

§3º As informações constantes do relatório serão conferidas pela Corregedoria Geral e servirão de base para estabelecer indicador de produtividade a ser utilizado nos concursos de progressão na carreira por merecimento.

CAPÍTULO IV – DA CONTRAPRESTAÇÃO PELA REALIZAÇÃO DO PLANTÃO.

Art. 6º Os Defensores Públicos terão direito a 01 (um) dia de folga compensatória por cada dia de trabalho em regime de plantão.

§1º Havendo disponibilidade orçamentário-financeira e em caso de necessidade de serviço, as folgas compensatórias poderão ser convertidas em pecúnia no valor de 2% do respectivo vencimento-base por dia de folga, a requerimento do interessado.

§2º O requerimento de conversão a que se refere o parágrafo anterior, cujo modelo encontra-se no anexo II desta Resolução, deverá ser formulado à chefia imediata ou à respectiva Diretoria, quando for o caso, via Processo Administrativo Eletrônico – PAE.

Art. 7º A conversão em pecúnia somente será deferida em caso de apresentação do relatório de plantão na forma e no prazo estabelecido no art. 5, §1º desta Resolução.

Art. 8º Autorizado o pagamento, o Gabinete da Defensoria Pública-Geral encaminhará o PAE à Gerência de Gestão de Pessoas – GGP que, após as providências de registro para pagamento, enviará o processo à Corregedoria Geral da Defensoria Pública.

Art. 9º As folgas serão gozadas conforme avaliação discricionária da chefia imediata, mediante o pedido do interessado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a fim de resguardar a continuidade do serviço público.

§1º É vedado o gozo de mais de 5 (cinco) folgas compensatórias a cada período de 60 dias.

§2º As diretorias remeterão mensalmente à Gerência de Gestão de Pessoas o mapa de folgas compensatórias provenientes de plantão, com o eventual registro de indenização delas.

§3º O gozo das folgas compensatórias de plantão será formalizado por meio de PORTARIA da Defensoria Pública-Geral.

§4º Fará jus ao pedido de folgas o membro que, mediante autorização prévia da Diretoria respectiva ou, quando for o caso, do Gabinete da Defensoria Pública-Geral exercer atividades:

- a) pertinentes à sua Defensoria ou ao Balcão de Direitos nos fins de semana, feriados, pontos facultativos e recesso forense;
- b) na unidade administrativa a que esteja vinculado nos fins de semana, feriados, pontos facultativos e recesso forense;
- c) no Juizado do Torcedor, sem prejuízo de suas atividades ordinárias.

§5º O direito às folgas compensatórias decai em 05 (cinco) anos após a realização da atividade de plantão.

Art. 4º Renumerar o art. 9º, o qual passa a ser o art. 10.

Art. 5º Renumerar o art. 10, o qual passa a ser o art. 11.

Art. 6º Renumerar o art. 11, o qual passa a ser o art. 12.

Art. 7º Renumerar o art. 12, o qual passa a ser o art. 13.

Art. 8º Renumerar o art. 13, o qual passa a ser o art. 14.

Art. 9º Revogar o art. 14 da Resolução CSDP nº 299, de 07 de fevereiro de 2022.

Art. 10 Revogar o art. 15 da Resolução CSDP nº 299, de 07 de fevereiro de 2022.

Art. 11 Incluir o novo art. 15, com a seguinte redação:

Art. 15 Excepcionalmente, os pedidos pendentes de folgas e pagamentos decorrentes de plantão realizados na forma do art. 9º, §4º, alíneas a e c deverão observar as regras insertas nesta Resolução.

Art. 12 Incluir o novo art. 17, com a seguinte redação:

Art. 17 Revoga-se a PORTARIA Nº 21/2022/GAB/DPG, DE 23 DE MARÇO DE 2022.

Art. 13 Incluir o novo art. 18, com a seguinte redação:

Art. 18 Os casos omissos serão decididos pela Defensoria Pública-Geral.

Art. 14 Renumerar o art. 17, o qual passa a ser o art. 19.

Sala de Reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO

Presidente do Conselho Superior

Defensor Público-Geral

Membro Nato

EDGAR MOREIRA ALAMAR

Corregedor-Geral

Membro Nato

ALEXANDRE MARTINS BASTOS

Membro Titular

MARIA DE BELÉM BATISTA PEREIRA

Membra Titular

DYEGO AZEVEDO MAIA

Membro Titular

JACQUELINE BASTOS LOUREIRO

Membra Titular

ADONAI OLIVEIRA BRASIL BATISTA FARIAS

Membro Titular

SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO

Membro Titular

LUIS MARCELO MACEDO DE SOUZA

Membro Titular

OBS: Os anexos desta Resolução encontram-se publicados na aba Legislação em: <http://defensoria.pa.def.br/Legislacao.aspx>

Protocolo: 923172

RESOLUÇÃO CSDP Nº346, DE 03 DE ABRIL DE 2023.

Dispõe sobre a realização de plantão pelos servidores da Defensoria Pública do Estado do Pará e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006; Considerando o disposto nos artigos 93, XII

e 134, § 4º da CF/88; Considerando a normatização do regime de plantão judiciário estabelecida pela Resolução nº 16, de 1º de junho de 2016, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Considerando a imprescindibilidade dos serviços prestados pela Defensoria Pública e a necessidade de disciplinar o funcionamento das atividades durante o período de suspensão do expediente forense; Considerando o disposto no art. 17, II da Lei 8.107/2015, que trata do Adicional de Atividade de Plantão aos servidores efetivos; Considerando a autonomia administrativa conferida à Defensoria Pública do Estado do Pará (Lei Complementar Estadual 54/06, art. 4º); Considerando a deliberação unânime do Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública em sua 258ª sessão ordinária realizada no dia 03 de abril de 2023; RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS NORMAS GERAIS.

Art. 1º Esta Resolução regulamenta e organiza as atividades de plantão realizadas pelos servidores da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Parágrafo único. O regime de plantão, para os fins desta Resolução, é aquele em que o servidor é escalado para o exercício de suas atividades profissionais fora do expediente normal de trabalho, em unidade cujo serviço é estritamente indispensável.

Art. 2º Considera-se em regime de plantão os servidores da Defensoria Pública que, mediante requisição da chefia imediata e autorização prévia da respectiva Diretoria ou, quando for o caso, do Gabinete da Defensoria Pública-Geral, exercerem suas atribuições:

I - Nos fins de semana (sábado e domingo), feriados, pontos facultativos e recesso forense, das 08 (oito) horas até às 14 (quatorze) horas, nas Defensorias Públicas vinculadas às Diretorias Metropolitana e do Interior em plantão finalístico;

II - Nos fins de semana (sábado e domingo), feriados, pontos facultativos e recesso forense, das 08 (oito) horas até às 14 (quatorze) horas nas unidades administrativas a que estejam vinculados em plantão administrativo;

III - Nos fins de semana (sábado e domingo), feriados, pontos facultativos e recesso forense, nas ações de cidadania, cursos, capacitações, treinamentos, atividade de educação em direitos, processos seletivos, atividades de mutirão, organização de eventos institucionais e fiscalização de concursos públicos da Defensoria Pública;

IV - Durante os eventos esportivos, auxiliando o membro da Defensoria Pública nas atividades do Juizado do Torcedor.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor da Defensoria Pública escalado não comparecer ao plantão, quando solicitado, sem justificativa, a conduta será comunicada à Corregedoria Geral da Defensoria Pública para a adoção das medidas administrativas legais.

Art. 3º As escalas de plantão serão elaboradas pela chefia imediata obedecendo o sistema de rodízio por ordem alfabética e ratificada pela respectiva Diretoria ou, quando for o caso, pelo Gabinete da Defensoria Pública-Geral. §1º As escalas de plantão deverão ser elaboradas e comunicadas aos servidores e devem ser afixadas nas áreas de atendimento e portas de acesso dos prédios das defensorias públicas, bem como no sítio institucional, preferencialmente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

§2º Poderá ocorrer permuta entre os plantonistas por meio de requerimento escrito e assinado pelos interessados, observada a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do início do plantão, com ciência à chefia imediata e encaminhamento à diretoria respectiva para autorização.

CAPÍTULO II – DA FORMA DE REALIZAÇÃO DO PLANTÃO

Art. 4º O regime de plantão dos servidores será realizado exclusivamente de forma presencial.

CAPÍTULO III – DO RELATÓRIO DE PLANTÃO

Art. 5º O servidor plantonista deverá preencher o relatório de plantão, por cada dia trabalhado, cujo modelo encontra-se no anexo I desta Resolução, contendo a descrição de todas as atividades realizadas no dia.

Parágrafo único. O relatório deverá ser encaminhado, exclusivamente via PAE, à chefia imediata ou à respectiva Diretoria, quando for o caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o término do plantão, até que seja implementado o sistema próprio de controle.

CAPÍTULO IV – DA CONTRAPRESTAÇÃO PELA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO

Art. 6º Os servidores da Defensoria Pública terão direito a 01 (um) dia de folga compensatória por cada dia de trabalho em regime de plantão, ressaltados os casos dos servidores efetivos que optarem pelo Adicional de Atividade de Plantão do art. 17, II da Lei 8.107/2015.

§1º Havendo disponibilidade orçamentário-financeira e em caso de necessidade de serviço, as folgas compensatórias poderão ser convertidas em pecúnia no valor de R\$222,62 (duzentos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos) por dia de folga, a requerimento do interessado.

§2º Os valores definidos no parágrafo anterior serão atualizados por ocasião do aumento anual dos servidores da Defensoria Pública e nos mesmos percentuais.

§3º O requerimento de conversão de folgas em pecúnia, cujo modelo encontra-se no anexo II desta Resolução, deverá ser formulado à chefia imediata ou à respectiva Diretoria, quando for o caso, via Processo Administrativo Eletrônico – PAE.

Art. 7º A conversão em pecúnia somente será deferida em caso de apresentação do relatório de plantão na forma e no prazo estabelecido no art. 5º, parágrafo único desta Resolução.

Art. 8º Autorizado o pagamento, o Gabinete da Defensoria Pública-Geral encaminhará o PAE à Gerência de Gestão de Pessoas – GGP que, após as providências de registro para pagamento, enviará o processo à Corregedoria Geral da Defensoria Pública.

Art. 9º As folgas serão gozadas conforme avaliação discricionária da chefia imediata, mediante o pedido do interessado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a fim de resguardar a continuidade do serviço público.

§1º É vedado o gozo de mais de 5 (cinco) folgas compensatórias a cada período de 60 dias.

§2º As diretorias remeterão mensalmente à Gerência de Gestão de Pes-